

Credor quer receber parte dos juros ainda este ano

Jamil Bittar/30-70-90

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — O negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, desembarca esta manhã em Brasília trazendo no bolso do paletó a contraproposta dos bancos credores para iniciarem uma conversa mais comprida sobre o reescalonamento do débito de longo prazo do Brasil. Não, ela não está diretamente relacionada à discussão dos números apresentados pelo governo brasileiro como base para seu argumento sobre o limite de pagamentos do país.

Na verdade, ela é produto da necessidade dos bancos de verem alguma parte dos juros devidos pelo Brasil, agora na casa dos US\$ 8,4 bilhões, em seus cofres até o final do ano — coisa que melhoraria muito seus problemas atuais de caixa. “Vamos examinar o plano dos bancos”, disse Dauster, sem entrar em detalhes sobre seu conteúdo. “Posso dizer que ela é parcial, em favor dos credores, coisa aliás absolutamente normal.”

Um membro da delegação brasileira, no entanto, confirmou o desenho geral da proposta, já repassado à imprensa pelos banqueiros. Ela consiste na divisão em três parcelas do total devido. Duas delas seriam refinanciadas como empréstimo e agregadas ao principal da dívida. A outra, pelo plano dos credores, seria paga até o final do ano. Os banqueiros admitem, privadamente, que se disporiam a negociar o montante total desta parcela, equivalente a 33% do que se deve, indicando que se disporiam inclusive a receber até algo em torno de 20%.

Feitas as contas, o número que está na mesa sobre os juros atrasados gira entre US\$ 1,5 bilhões e US\$ 2,3 bilhões. Dauster não esconde um mínimo de decepção sobre o fato de os banqueiros

não estarem encaminhando a discussão para o lado do conceito da capacidade de pagamento do país. “Nós abrimos os livros e nos dispusemos a conversar sobre os números que apresentamos”, dizia ele numa caminhada no meio da tarde pela Park Avenue em direção ao Consulado do Brasil, na 5ª Avenida.

“Mas os bancos colocam esta questão como apenas uma das muitas que levantam sobre seus interesses”, contou. “E quando o fazem, sempre acusam o Brasil de ter baseado sua proposta numa contabilidade pessimista sobre o futuro da economia brasileira. Eles estavam acostumados às previsões otimistas que só ficavam no papel. A gente dizia que ia lhes pagar US\$ 4,5 bilhões e dane-se. Eles nem queriam saber como faríamos isto e só se preocupavam com o assunto quando não pagávamos. Isto acabou.”

Embora a contraproposta dos bancos não seja exatamente aquela que Dauster preferia ter ouvido, o negociador brasileiro não parece nem um pouco preocupado. “Negociação é assim, um processo de diálogo”, afirmou, para voltar a um tema que tem repetido com frequência nos últimos meses. “Não há crise, não há impasse. Há uma negociação em curso, complexa, difícil e demorada. Agora é se buscar um denominador comum e tentarmos andar rápido”, disse ele, que na terça ou quarta-feira volta a Nova Iorque para nova conversa com os banqueiros.

Dauster lhes trará a resposta do governo à sua proposta, que será examinada em detalhes para se determinar se, no caso de aceitá-la, o Brasil conseguirá vantagens no reescalonamento da dívida de longo prazo. Coisa que certamente dará mais margem a negociações. Uma das coisas, porém, que o país não aceita negociar em hipótese alguma, como anunciou Dauster ontem, é o pagamento das despesas dos banqueiros du-



Dauster: proposta no bolso

rante as conversas entre seu comitê e o governo brasileiro.

Até o governo Collor, o Brasil pagava tudo relacionado à discussão da dívida pelo lado dos credores — de hotéis e restaurantes até babás para seus filhos e cópias xerox de documentos. “Não temos mais condições de pagar por isso”, disse Dauster. “E os bancos foram avisados com antecedência.” A atitude provocou uma pequena crise no comitê, que esta semana se reuniu com o negociador do Brasil sem a presença dos funcionários de um de seus membros, o Banque Nationale de Paris. Foi um protesto contra o fim da mão aberta brasileira.

Dauster também explicou pela enésima vez aos jornalistas por que se recusava a entrar publicamente em detalhes sobre aspectos da negociação. “Se eu dissesse tudo, isto fatalmente prejudica-

ria o processo e talvez fosse até melhor que fossemos negociar num estádio, com torcida para cada um dos lados”, disse. “Além do mais, tenho instruções de manter elementos das conversas trancados.”

Lembrado de que os banqueiros, sempre protegidos pelo anonimato, em geral acabam revelando coisas das negociações que lhes são mais favoráveis, Dauster não se perturbou. “Eu não estou aqui para manipular a imprensa. Eu não tenho controle sobre o que os banqueiros fazem. Mas tenho controle sobre mim. Tudo que eu lhes disser é para ser sempre publicado em meu nome, inclusive as declarações adjetivas”, disse, disparando uma sutil alfinetada nos credores privados.

Mestres na arte de dar declarações protegidos pelo manto do sigilo de identidade, os banqueiros dão informações substantivas, mas não se furtam a passar aos jornalistas alguns adjetivos, seja sobre negociadores da dívida do Terceiro Mundo, seja sobre o processo de negociação. Exemplo disso aconteceu na primeira vinda de Dauster aos Estados Unidos, há quase quatro semanas. A horas tantas, um banqueiro desceu para falar com os jornalistas brasileiros.

Com a recomendação de que suas declarações não lhe deveriam ser atribuídas, ele disse que a proposta brasileira tinha sido muito mal recebida pelos credores privados — o que era absoluta verdade — mas adicionou que ela não serviria para um começo de conversa, sugerindo um clima de impasse no ar. A imprensa brasileira, inclusive o JORNAL DO BRASIL, publicou a informação, cuja última parte, em perspectiva, revelou-se totalmente falsa. Banqueiros e Brasil estavam começando a conversar naquela época, continuam a conversar no momento e conversarão também no futuro.